

# P2 ENGENHARIA

CNPJ nº 36.402.265.0001-63

Rua Doutor Murtinho, 496, Sala A, Centro, Rosário Oeste-MT, Cep:78470-000

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO - ESTADO DE MATO GROSSO

Tomada de Preços nº 001/2022

## RECURSO ADMINISTRATIVO

ILUSTRÍSSIMO SENHOR - JOÃO PAULO LIMA - DIGNO PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

A empresa P2 ENGENHARIA EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 36.402.265/001-63, com sede na com domicílio / residência a RUA DR MURTINHO, número 496, FUNDOS, bairro / distrito CENTRO, município ROSARIO OESTE - MATO GROSSO, CEP 78.470-000, por intermédio de seu representante legal o Sr. PAULO DE TARSO OLIVEIRA SOUZA, brasileiro, Engenheiro Civil, solteiro, portador do CPF 030.742.591-67, documento de identidade nº 20470487, SEJUSP, MT - vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, nos termos do Art. 109 da Lei nº 8.666/93, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face de decisão proferida pela nobre COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, *constantes da Ata da sessão de abertura da Tomada de Preços nº 001/2022 - Julgamento da Habilitação, data de 31/03/2022*, o fazendo consubstanciado nas razões que seguem.

### 1. SÍNTESE DOS FATOS

Sabendo da Tomada de Preço nº 001/2022 a Recorrente correu para dela participar, protocolando o envelope, contendo Habilitação e proposta na data de 31/03/2022, junto a CPL, **cumprindo todas as exigências de habilitação.**

Todavia, o entendimento da distinta Comissão Permanente de Licitação - CPL foi a decisão pela **inabilitação** desta recorrente, não sendo este, o entendimento que temos e que será demonstrado pelos seguintes fundamentos:

Assim concluiu a CPL:

# P2 ENGENHARIA

CNPJ nº 36.402.265.0001-63

Rua Doutor Murtinho, 496, Sala A, Centro, Rosário Oeste-MT, Cep:78470-000

no Edital e os dois Envelopes contendo a Proposta e os Documentos de Habilitação, respectivamente referente a esta TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2022. Depois da análise minuciosa dos documentos as empresas acima citadas foram declaradas **INABILITADAS**, pelas alegações a seguir descritas:

**CONSTRUTORA ALTO MONTE - EPP, CNPJ/MF nº 22.103.781.0001-82:** apresentou a Certidão de Registro de Pessoa Física do Engenheiro Responsável pela empresa vencida em 05/10/2021.

**P2 ENGENHARIA EIRELI - EPP, CNPJ/MF nº 36.402.265/0001-63:** apresentou balanço patrimonial sem registro na Junta Comercial, conforme exigência contida nos sub-ítems 7.12 e 7.12.2 do edital.

**CONSTRUTORA ZM MENDES EIRELI – ME, CNPJ/MF nº 40.528.355/0001-72:** apresentou a “Declaração expressa do Profissional responsável pela empresa autorizando sua inclusão na equipe técnica como responsável pela obra; (ANEXO–XX)” sem assinatura do Responsável Técnico, neste caso o Engenheiro da empresa. Ademais, a empresa também não apresentou nenhum vínculo de contratação do engenheiro responsável técnico,

É como concluiu a distinta CPL e também é a síntese necessária.

## 2. TEMPESTIVIDADE E EFEITOS DO RECURSO

O Recurso Administrativo em procedimento de licitação está previsto no art. 109 da Lei nº 8.666/93:

“Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;” (destacamos)

Ademais, esta sendo interposto com base no disposto no item 9.8 e 9.9 do edital que assim dispõe:

*9.8 –Ao finalizar o processo de licitação o Presidente da comissão de licitação solicitará das empresas presentes o interesse em interpor recursos, e caso aceito, será circunstancialmente lançado em Ata.*

*9.9 - Se não houver expressado a desistência de acordo com o disposto no item anterior, será concedido com efeito suspensivo, o prazo legal de 05 (cinco) dias úteis para que as partes interessadas interponham recursos que entenderem..*

Assim, o presente recurso está sendo interposto tempestivamente, de forma escrita, devidamente fundamentado, com pedidos claros e definidos, endereçado ao Prefeito Municipal (autoridade superior), por intermédio do Presidente da Comissão

# P2 ENGENHARIA

CNPJ nº 36.402.265.0001-63

Rua Doutor Murtinho, 496, Sala A, Centro, Rosário Oeste-MT, Cep:78470-000

Permanente de Licitação, autoridade que, juntamente com os seus pares praticou o ato recorrido.

Vamos às evidências.

## 3. RAZÕES DE RECURSO

Chamo a atenção da distinta CPL e da Autoridade Superior para observar a desatenção que ocorreu nessa decisão.

Observe que na Ata consta que “**a recorrente não atende o edital por não apresentar o balanço autenticado pela Junta Comercial**”.

Vejamos o que diz o Edital:

### 7.11 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

**7.12 - Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social**, já exigíveis do último exercício e apresentados na forma da lei, (art. 1.078 do Código Civil) que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do **Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna-IGP-DI**, publicado pela Fundação Getúlio Vargas-FGV ou de outro indicador que o venha substituir.

7.12.1. A sociedade criada no exercício em curso deverá apresentar fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial ou órgão competente;

7.12.2. Entende-se que a expressão “na forma da lei” constante no item 7.12 engloba, no mínimo: balanço patrimonial e DRE, **registro na Junta Comercial** ou órgão competente, termos de abertura e encerramento).

7.12.3. As cópias deverão ser originárias do Livro Diário devidamente formalizado **e registrado**.

7.12.4. A empresa optante pelo **Sistema Público de Escrituração Digital - SPED** poderá apresentá-lo na forma da lei. Entende-se que a expressão “na forma da lei” constante no item 7.12, letra “a” engloba, no mínimo:

- a) Balanço Patrimonial (Livro Diário);
- b) DRE - Demonstração do Resultado do Exercício (Livro Diário);
- c) Termos de abertura e de encerramento (Livro Diário);
- d) Recibo de entrega de escrituração contábil digital (Livro Diário).

b) sociedades limitadas (LTDA):

b.1) por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente **autenticado na Junta Comercial** da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou

b.2) fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente **registrados ou autenticadas na Junta Comercial** da sede ou domicílio da licitante;

c) sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123 - Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte

c.1) por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de: Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou

# P2 ENGENHARIA

CNPJ nº 36.402.265.0001-63

Rua Doutor Murtinho, 496, Sala A, Centro, Rosário Oeste-MT, Cep:78470-000

*c.2) fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;*

*d) sociedade criada no exercício em curso: - fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente **registrado ou autenticado na Junta Comercial** da sede ou domicílio da licitante;*

*e) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.*

7.12.5. As cópias deverão ser originárias do Livro Diário constante do SPED.

7.12.6. A Escrituração Digital deverá estar de acordo com as Instruções Normativas (RFB nº 787/2007 e RFB nº 1420/2013) que tratam do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED. Para maiores informações, verificar o site [www.receita.gov.br](http://www.receita.gov.br), no link SPED

Agora vejamos o que diz a Lei de Licitações no inciso I do artigo 31 da Lei 8666/93:

*Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:*

*I – balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;*

Observe tamanho rigorismo utilizado no Edital para comprovação financeira das empresas, onde praticamente todo texto dos itens 7.11 e 7.12 fazem a exigência da autenticação na Junta Comercial, se não do Registro em órgãos não definidos deixando o entendimento a mercê dos licitantes.

O que talvez a CPL não tenha observado é que a empresa atende de forma precisa o Edital em sua íntegra.

Além de apresentar o balanço do ano anterior, apresentamos tbem o balanço simplificado do ano recorrente, assinado digitalmente pelo contador da empresa, considerando assim essa forma de autenticação.

Atentamos para o item 7.12, sub item “d”

7.12.4. A empresa optante pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED poderá apresentá-lo na forma da lei. Entende-se que a expressão “na forma da lei” constante no item 7.12, letra “a” engloba, no mínimo:

***e) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.***

# P2 ENGENHARIA

CNPJ nº 36.402.265.0001-63

Rua Doutor Murtinho, 496, Sala A, Centro, Rosário Oeste-MT, Cep:78470-000

Sem duvidas, poderá averiguar nos documentos apresentados pela recorrente que mesmo em seu total rigorismo, a empresa atende o seu pedido do edital.

Em outra situação, pode-se verificar ainda que a CPL não trata de forma pratica e sem burocracia a habilitação da recorrente, buscando meios para sua inabilitação.

Atualmente as micros e pequenas empresas encontram dificuldades na participação de licitações quando se esbarram com a exigência da apresentação do balanço patrimonial.

Criou-se esta controvérsia devido a Lei 9317/96 dispensar as pequenas empresas na elaboração do balanço patrimonial e a Lei 8666/93 regradar sobre a exigibilidade da apresentação do balanço como condição para participação nas licitações públicas, vejamos:

Dispõe o § 1º do artigo 7º da Lei 9317/96:

*§ 1º A microempresa e a empresa de pequeno porte ficam dispensadas de escrituração comercial desde que mantenham, em boa ordem e guarda e enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes:*

Neste cenário, criou-se o entendimento que do ponto de vista tributário as pequenas empresas tem **a faculdade de elaborar o balanço patrimonial**. Porém, do ponto de vista Administrativo, no que se referem às compras governamentais, as pequenas empresas **deverão apresentar o balanço somente em cumprimento ao inciso I do artigo 31 da Lei 8666/93**.

A Lei 9317/96, citada no Edital, foi totalmente revogado pela Lei 123/2006. Assim, o intitulado Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte não reproduz o aludido na lei anterior. O referido diploma legal, em seu artigo 27, regrou da seguinte forma:

*Art. 27. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão, **opcionalmente**, adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, conforme regulamentação do Comitê Gestor.*

Destarte, diante do exposto acima, que não há dispositivo legal que dispense as pequenas empresa da apresentação do balanço patrimonial.

Acerca do assunto, o jurista Sidney Bittencourt leciona:

*Situação sui generis ocorre no caso de microempresa, principalmente em função do tratamento diferenciado a ela conferido pelo art. 175 da Constituição Federal,*

# P2 ENGENHARIA

CNPJ nº 36.402.265.0001-63

Rua Doutor Murtinho, 496, Sala A, Centro, Rosário Oeste-MT, Cep:78470-000

*vigindo, para essa, o Estatuto das Microempresas, que afasta a necessidade de possuírem demonstrações contábeis, o que não impede que o edital exija essas demonstrações referentes ao último exercício social, de modo a permitir uma avaliação das condições financeiras para arcar com o compromisso. De outra forma, entendendo a Administração licitadora que o objeto é simples e facilmente executável, poderá não exigir a demonstração no edital. (in Licitação passo a passo. 4ª ed. atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Temas & ideias Editora, 2002, p. 158)*

Outrossim, o prof. Carlos Pinto Coelho Motta versou:

*As microempresas e empresas de pequeno porte devem, igualmente, elaborar o balanço patrimonial, considerando que, nesse aspecto, a LNL não foi derogada pela LC 123/06. (in Eficácia nas Licitações e Contratos. 11ª ed. rev. E atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2008, 389)*

Abrimos parêntese, para salientar que o decreto criou uma possibilidade não estabelecida pela Lei complementar 123/2006. Digo isto, porque somente a lei pode obrigar ou vedar, o decreto só pode regulamentar a lei, e nesse caso o Município não dispõe de decreto que formalize tal exigência de autenticação do Balanço Simplificado.

Frisamos também que apesar de citarmos que o decreto é federal, ou seja, subordinam-se apenas entidades federais, há uma relevância significativa uma vez que o parágrafo único, artigo 47 da Lei 123/2006 versa que:

*Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal.*

Segue demonstrativo do **Plano de Contas Simplificado**, onde pode-se observar em qual desses pontos a empresa se encaixa:

10 O Plano de Contas, mesmo que simplificado, deve ser elaborado levando em consideração as especificidades, porte e natureza das atividades e operações a serem desenvolvidas pela microempresa e empresa de pequeno porte, bem como em conformidade com as suas necessidades de controle de informações no que se refere aos aspectos fiscais e gerenciais.

11 O Plano de Contas Simplificado deve conter, no mínimo, 04 (quatro) níveis, conforme segue:

**(a) Nível 1: Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receitas, Custos e Despesas.**

*(b) Nível 2: Ativo: Circulante, Realizável a Longo Prazo e Permanente.  
Passivo e Patrimônio Líquido: Circulante, Passivo Exigível a Longo Prazo e Patrimônio Líquido.*

# P2 ENGENHARIA

CNPJ nº 36.402.265.0001-63

Rua Doutor Murtinho, 496, Sala A, Centro, Rosário Oeste-MT, Cep:78470-000

*Receitas: Receita Bruta, Deduções da Receita Bruta, Outras Receitas Operacionais e Receitas Não Operacionais. Custos e Despesas Operacionais e Não Operacionais.*

*(c) Nível 3: Contas que evidenciem os grupos a que se referem, como por exemplo:*

*Nível 1 - Ativo*

*Nível 2 - Ativo Circulante*

*Nível 3 - Bancos Conta Movimento*

*(d) Nível 4: Sub-contas que evidenciem o tipo de registro contabilizado, como por exemplo:*

*Nível 1 - Ativo*

*Nível 2 - Ativo Circulante*

*Nível 3 - Bancos Conta Movimento*

*Nível 4 - Banco A*

*12 O Plano de Contas Simplificado deve contemplar, pelo menos, a segregação dos seguintes valores:*

*(a) Receita de Vendas de Produtos, Mercadorias e Serviços;*

*(b) Devoluções de Produtos, Mercadorias e Serviços Cancelados;*

*(c) Custo dos Produtos Vendidos;*

*(d) Custo das Mercadorias Vendidas;*

*(e) Custo dos Serviços Prestados;*

*(f) Despesas Operacionais, relativas aos demais gastos necessários à manutenção das atividades econômicas, não incluídas nos custos;*

*(g) Outras Receitas Operacionais;*

*(h) Receitas Não Operacionais; e*

*(i) Despesas Não Operacionais.*

*13 O Plano de Contas Simplificado deve conter, no mínimo, o elenco de contas descrito no Anexo I, além de sua função e funcionamento.*

Como podemos claramente observar, a CPL não demonstra coerência em seu julgamento.

Além do mais, a Empresa aqui recorrente, participou recentemente de outras licitações que foi contemplada vencedora dos certames apresentando o mesmo balanço apresentado nesta TP 001/2022. Inclusive no Município de Diamantino.

Temos que a decisão da nobre CPL necessita ser revista no que concerne a decisão de inabilitar a empresa.

## 4. DOS PEDIDOS

Requer-se a Vossa Excelência:

a) o recebimento do presente recurso complementar com os mesmos efeitos já atribuído ao principal;

b) no mérito, por tudo quanto demonstrado e provado, e em consonância com as normas e princípios de regência, o provimento do presente recurso, com a consequente reforma da decisão da Comissão Permanente de Licitação para, assim,

# P2 ENGENHARIA

CNPJ nº 36.402.265.0001-63

Rua Doutor Murtinho, 496, Sala A, Centro, Rosário Oeste-MT, Cep:78470-000

primeiramente considerar a empresa P2 ENGENHARIA a única a ser **HABILITADA nesta licitação por cumprir rigorosamente todos os requisitos de habilitação.**

c) o encaminhamento deste recurso à Autoridade Competente Superior – Prefeito Municipal, no caso de não haver reforma da decisão por parte da CPL, conforme dispõe o § 4º do Art. 109 da Lei nº 8.666/93;

d) a comunicação da interposição deste recurso ao órgão de Controle Interno do Município.

É prática desta empresa Recorrente levar a competição nas licitações às últimas consequências jurídicas, tudo com muito respeito aos agentes públicos, mas com exigência plena de todos os direitos e vedações previstos em lei.

É da sua praxe também, conforme o caso, a impetração de mandado de segurança, se entender, após decisão fundamentada da CPL e demais autoridades, que teve direito líquido e certo preterido.

Estes são termos em que pede deferimento.

Cuiabá – MT., 07 de abril de 2022.

---

**P2 ENGENHARIA EIRELI**  
**PAULO DE TARSO OLIVEIRA SOUZA**  
**CPF 030.742.591-67**  
**CNPJ/MF: 36.402.265/001-63**